

HABEAS CORPUS Nº 536.780 - MG (2019/0294702-6)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GUILHERME MENDES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GUILHERME MENDES DA SILVA, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, assim ementado (fl. 255):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DA DATA-BASE PARA CONTAGEM DO PRAZO NECESSÁRIO PARA CONCESSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- Considerando que a unificação das penas enseja a interrupção do prazo para a concessão de futuros benefícios da execução, inclusive para o livramento condicional, a retificação da data-base para a contagem do lapso temporal necessário para a aferição de referida benesse é medida que se impõe.

V.V.

- A unificação das penas em razão de superveniência de nova condenação não interrompe o prazo aquisitivo para concessão do livramento condicional por ausência de previsão legal, devendo ser aplicado o mesmo entendimento daquele firmado com a edição da Súmula nº 441 do STJ. Precedentes.

Consta nos autos que o Juízo da execução, após determinar a unificação de pena, fixou a data da última prisão como termo inicial para novos benefícios, sem todavia, interromper o prazo para o livramento condicional.

Irresignada, o *Parquet* interpôs o agravo em execução, o qual foi negado provimento.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que a alteração do marco para que seja fixada a data da última prisão *não se aplica aos institutos do livramento condicional, das saídas temporárias, do indulto e comutação, por ausência de previsão legal, para os quais é adotada a data primeira prisão como marco inicial*.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para suspender os efeitos do acórdão impugnado, até o julgamento deste *writ*.

No mérito, a fixação da data da primeira prisão (24/9/2015) para o

livramento condicional e da última prisão (31/12/2017) para outros benefícios.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa a retificação dos cálculos na execução penal sob alegação de que a unificação das penas não causa interrupção temporal para a obtenção de livramento condicional.

Quanto ao alegado, consta do acórdão (fls. 257-258):

Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade. Não vislumbro nenhuma nulidade que vicie o feito ou outra questão que mereça apreciação de ofício, razão pela qual passo à análise do mérito recursal.

Da análise dos autos, verifico que, sobrevindo nova guia de execução nos autos, a magistrada a quo, no dia 09 de fevereiro de 2019, unificou as penas do agravado e fixou como marco inicial para a contagem de futuros benefícios da execução a data da última prisão, excetuando o livramento condicional, que manteve como data base a data da primeira prisão.

É contra essa decisão que se insurge o órgão ministerial e, a meu juízo, razão lhe assiste.

Inicialmente, ressalto meu entendimento de que, unificadas as penas, o marco inicial para a concessão de futuros benefícios na execução passa a ser a data do trânsito em julgado da última condenação ou, na sua ausência, a data da publicação da última sentença condenatória.

Todavia, considerando que no presente caso o Parquet não se insurge contra a data-base fixada e sim quanto à interrupção do prazo para concessão do livramento condicional, passo a analisar o tema nos limites do pleito ministerial.

Pois bem. Sobre a questão, insta salientar que a Súmula 441 do STJ, que prevê que a falta grave não interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional, só é aplicável nos casos que se tratam de reconhecimento da indisciplina, o que não ocorreu in casu, já que a presente hipótese se refere à unificação das penas.

Assim, unificadas as penas, deve ser alterado o marco inicial para a concessão de futuros benefícios da execução, incluindo o livramento condicional, independentemente se o crime foi praticado antes ou após o início do cumprimento da reprimenda.

[...]

Dessa forma, a retificação da data-base para a contagem do lapso temporal necessário para a aferição de referida benesse é medida que se impõe.

Feitas essas considerações, **DOU PROVIMENTO AO RECURSO para determinar que a data da última prisão também seja considerada como data-base para a contagem do lapso temporal necessário para a concessão do livramento condicional.**

A Corte de origem deu provimento ao recurso ministerial por entender que a interrupção dos prazos decorrente da unificação das penas do reeducando incide em relação a todos os benefícios, inclusive ao livramento condicional.

Assim como evidenciado, o cerne da impetração consiste em determinar se a interrupção dos prazos incidirá em relação à liberdade condicional.

Sobre o assunto, é bem verdade que a jurisprudência do STJ adotava o trânsito em julgado da última condenação, por fato posterior ou anterior ao início da execução, como o marco inicial para a concessão de novos benefícios da execução.

Ocorre que a Terceira Seção, em recente precedente, uniformizou o entendimento jurisprudencial desta Corte, fixando a data da última prisão como marco interruptivo para concessão dos benefícios da execução, no caso de crimes cometidos antes do início da execução da pena, e, nos casos de delitos cometidos no curso da execução, a data do cometimento da última infração disciplinar. Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior

ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. *Recurso não provido.* (REsp 1557461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/2/2018, DJe 15/3/2018.)

Assim, o entendimento do Tribunal *a quo*, ao estabelecer a data do cometimento da última prisão como marco interruptivo para a concessão de novos benefícios prisionais, está de acordo com a atual jurisprudência desta Corte Superior.

Apesar disso, o entendimento de que a interrupção dos prazos para a concessão de benefícios da execução, decorrente da unificação, alcance também o livramento condicional não traduz a inteligência desta Corte Superior de Justiça, o que evidencia a existência de constrangimento ilegal.

Isso porque, a interrupção do marco para futuros benefícios da condenação **não se opera para livramento condicional, indulto e comutação**. Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. **DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FUTUROS. DATA DA ÚLTIMA PRISÃO DO REEDUCANDO, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, DE INDULTO E DE COMUTAÇÃO DA PENA.**

1. A decisão agravada está na mais absoluta harmonia com a jurisprudência firmada pela Terceira Seção de que a alteração da data-base em razão da unificação de reprimendas afronta os princípios da legalidade e da individualização das penas por não possuir previsão legal e por implicar excesso de execução, devendo ser preservado o marco interruptivo anterior à unificação, uma vez que sua alteração não pode mais ser consectário imediato do mero somatório das sanções impostas ao reeducando.

2. *Agravo regimental desprovido.* (AgRg no AREsp n.º 1150292/ Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, DJe 29/5/2018.)

Logo, o entendimento do colegiado do Tribunal *a quo*, ao estabelecer a data da última prisão como marco interruptivo para a concessão do livramento condicional, está em dissonância com a atual jurisprudência desta Corte, o que evidencia a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para restabelecer a decisão do Juízo das execuções.

Comunique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator